

Diálogo de saberes no Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro (AM)

Iraci Aguiar Medeiros¹, José Hartur Setúbal Lima²

Resumo

Este artigo discute a proposta de criação do Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro (Iciprn) e do Programa de Formação Avançada Indígena (PFAI) (REL. ICIPRN, 2013), além de alternativas de alinhamento do modelo jurídico-institucional e da estrutura organizacional dessa iniciativa, com base em demanda apresentada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) pelo Ministério da Educação (MEC) e pelos povos indígenas (31 etnias) (REL. ICIPRN, 2013), que ocupam territórios demarcados pelo governo brasileiro na bacia do Rio Negro, no Estado do Amazonas. A principal finalidade da proposta é viabilizar o diálogo entre os conhecimentos dos povos indígenas e não indígenas, a partir da produção de conhecimentos colaborativos e de formação avançada para a promoção do “bem viver”, em especial na Amazônia. O Programa é uma experiência desafiadora e inovadora para o País, pois representa um modelo diferenciado de curso de graduação de nível

Abstract

This article discusses the proposal to establish the Institute of Indigenous Knowledge and Research of the Rio Negro (Iciprn) and the Indigenous Training Advanced Program (PFAI) (REL. ICIPRN, 2013), and alignment alternatives of the legal-institutional model and organizational structure of this initiative, based on case filed with the Ministry of Science, Technology and Innovation (MCTI) by the Ministry of Education (MEC) and indigenous peoples (31 races) (REL. ICIPRN, 2013), occupying territories demarcated by the government Brazilian in the basin of the Rio Negro in the state of Amazonas. The main purpose of the proposal is to enable dialogue between the knowledge of indigenous and non-indigenous peoples, from the production of collaborative knowledge and advanced training for the promotion of “good living”, especially in the Amazon. The Program is a challenging and innovative experience for the country, as it represents a differentiated model of technological graduate-level course to train indigenous professionals, a

1 Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenadora de programas e projetos na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), em Cáceres, Mato Grosso, Brasil.

2 Mestre em Direcionamento Estratégico pela Universidade Ibero-americana (NY/EUA), assessor técnico e líder do Projeto Apoio à Criação de uma Instituição de Ensino Superior Indígena pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

tecnológico para formar profissionais indígenas, a priori, em um espaço em que se relacionam, além de pessoas de diferentes grupos étnicos, também seus conhecimentos e saberes, ou seja, com interação de múltiplas formas de enxergar e pensar o mundo e com a promoção da “ecologia dos saberes”. (SANTOS, 2004, p.76-78).

Palavras-Chave: Ensino superior indígena. Povos indígenas. Formação avançada. Diálogo de saberes. Produção do conhecimento.

priori, in a space they relate, and people from different ethnic groups also their knowledge and learning, ie, interaction of multiple ways of looking and thinking about the world and the promotion of the “ecology of knowledge”. (SANTOS, 2004, p.76-78). Key-words: Indigenous Higher Education. Indigenous peoples. Advanced Training. Dialogue of Knowledge. Production of Knowledge.

Keywords: Indigenous higher education. Indigenous peoples. Advanced trainin. Dialogue of knowledge. Knowledge production.

Projeto político-pedagógico do Programa de Formação Avançada Indígena

1. Introdução

“A ideia é que o Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro e o Programa de Formação Avançada viabilizem a produção de conhecimento a partir do diálogo entre os conhecimentos dos povos indígenas rionegrinos e dos não indígenas, visando à promoção do “bem viver” na Amazônia”. (PROPOSTA FOIRN/ISA, 2013).

Considerando-se as peculiaridades existentes nas diversas regiões em que os povos indígenas encontram-se inseridos e suas tradições histórico-culturais específicas, a proposta de formular uma política de educação indígena inovadora envolve uma série de nuances que abrem lacunas para diversas possibilidades. Essa inovação educacional não implica em qualidade inferior de ensino, assim como em limitação das alternativas de capacitação desses povos. Pelo contrário, a ideia de educação diferenciada deve atender a um chamado maior dessas comunidades, por um ensino de maior qualidade, aprofundado, personalizado e integrado ao ensino regular ministrado aos não-índios. A educação escolar está na agenda do Movimento Indígena³, presente em todas as assembleias, encontros, reuniões e demais atividades semelhantes, desde os anos 1970. A formação escolar é vista como um tema central para a conquista da autonomia e o fortalecimento da identidade indígena. Os resultados dessa mobilização dos povos indígenas no Brasil e de suas organizações, com o apoio de setores organizados da sociedade civil, podem ser verificados nas mudanças ocorridas, tanto

3 O Movimento Indígena se caracteriza como um conjunto articulado de lideranças, povos e organizações indígenas que se mobilizam em defesa de seus direitos, em uma agenda comum de luta, destacando-se as questões da terra, da educação e da saúde.

na legislação como na política governamental educacional direcionada a esses povos. A educação escolar indígena é hoje uma das áreas que mais apresentou significativas mudanças nesse contexto.

Amparada pela atual base legal⁴, ainda assim, mais que o ensino fundamental e médio, cresce a demanda dos povos indígenas por cursos superiores que lhes proporcionem um ensino diferenciado, voltado ao fortalecimento de seus projetos enquanto povos culturalmente diversos. Pleiteiam, do mesmo modo, uma formação que lhes permita, além do domínio dos conhecimentos científicos do não-índio, a capacidade de articular esses saberes com os conhecimentos tradicionais de seus povos e a habilidade para se posicionarem à frente da resolução dos problemas enfrentados por suas comunidades, como os relativos à preservação de suas terras, ampliação de direitos, manutenção e difusão de seus próprios saberes. Buscam, ainda, o reconhecimento dessa formação por parte do sistema público de ensino brasileiro. Das instituições de ensino superior (IES) brasileiras, também reivindicam a promoção dos aspectos interculturais que ligam as sociedades indígenas às sociedades pertencentes a outras influências culturais. Outro desafio de destaque no cenário da luta dessas comunidades diz respeito à formação de quadros, sejam de lideranças, professores ou outros profissionais indígenas, com as finalidades de fortalecer o reconhecimento sobre o protagonismo dos índios na educação e de reforçar suas atividades direcionadas à concretização da autonomia e do respeito às diferenças desses povos.

Nesse contexto, foi criada a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn)⁵, por ocasião da 2ª Assembleia Geral dos povos indígenas do Alto Rio Negro, realizada em abril de 1987, no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, com recursos do projeto Calha Norte.⁶ A Foirn foi concebida com o objetivo manifesto de lograr a demarcação das terras indígenas no Rio Negro, expressando a luta pelo reconhecimento dos territórios tradicionais que emergiu na década de 1970, traduzindo a expansão do associativismo indígena em múltiplas escalas (locais, por bacias, povos e, mais recentemente, por finalidade e/ou projetos), em especial na região amazônica.

Desde então, os povos indígenas e suas organizações filiadas à Federação, em colaboração com o Instituto Socioambiental (ISA)⁷, têm realizado diagnóstico socioambiental da região e promovido uma série de ações nas áreas de educação intercultural, salvaguarda do patrimônio cultural e ambiental, como também o intercâmbio entre cientistas e pesquisadores indígenas e não indígenas.

4 A partir da Constituição Federal de 1988, com os avanços da legislação que regulamenta a gestão administrativa e pedagógica das escolas pelos próprios indígenas e a consolidação de oferta de vagas no ensino fundamental, a formação de indígenas como educadores e gestores das escolas nas aldeias passa a ser um dos principais desafios do Movimento Indígena, em especial das organizações de professores indígenas.

5 A Foirn é uma associação civil sem fins lucrativos, sem vinculação partidária ou religiosa, fundada em 30 de abril de 1987. Tem como missão defender os direitos dos povos indígenas que habitam a bacia do Rio Negro localizada no Noroeste Amazônico, estado do Amazonas, Brasil. É composta por 89 associações indígenas de base que representam cerca de 750 aldeias. Sua área de abrangência corresponde a 108 milhões de km², onde vivem mais de 35 mil índios, pertencentes a 23 grupos étnicos, representantes das famílias linguísticas Tukano Oriental, Aruak e Maku.

6 O Projeto Calha Norte surgiu em 1985, durante o governo José Sarney. Foi concebido com o propósito de proteger a área ao Norte da Calha do Rio Solimões e do Rio Amazonas, situada na Região Norte do Brasil. Ao mesmo tempo em que previa o aumento da presença do Estado na fronteira, o projeto apontava a necessidade do desenvolvimento econômico-social da região.

7 O ISA é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, fundada em 1994, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais com foco central na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos.

Uma das grandes conquistas da Foirn e de seus parceiros tem sido a articulação de uma rede de escolas indígenas que adotam grades de ensino que articulam conteúdos culturalmente diferenciados – como o ensino das línguas maternas, mitologia com conhecimentos técnicos de piscicultura e agroecologia – com as matérias clássicas do currículo escolar formal - Matemática, Ciências, História, etc. Tais escolas constituíram-se em uma das estratégias dos indígenas para conter a crescente evasão dos jovens das comunidades, que tomavam a direção dos centros urbanos e das sedes das Missões em busca de concluir os estudos – pois as escolas rurais geralmente só oferecem o ensino fundamental – e não mais retornavam. As unidades de ensino dessa rede também representam um modelo de escolarização que privilegia o componente da “cultura” e dos valores éticos e sociais de cada povo. Os conteúdos curriculares e práticas educativas estão associados a uma gama de outros projetos de desenvolvimento comunitário, relacionados, por exemplo, ao manejo ambiental e às alternativas econômicas. Essas ações são fundamentadas em pesquisas colaborativas entre jovens e anciãos, indígenas e cientistas, criando ambientes de diálogo intercultural e interdisciplinar, gerando uma cultura educativa renovada e resultados importantes para as comunidades.

Nessa conjuntura, a proposta para a criação do Instituto e do Programa na região do Rio Negro foi construída mediante processo de consulta que envolveu reuniões, oficinas e seminários realizados entre os anos de 2009 e 2014, com as participações de pesquisadores, conhecedores, professores e lideranças indígenas da região do Rio Negro (AM), convidados não indígenas, cientistas, especialistas em educação e representantes de universidades e institutos de ensino superior. Essas atividades foram promovidas pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, com o apoio do Instituto Socioambiental e, mais recentemente, pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)⁸, sob demanda da Secretaria de Ensino Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC).

Todo esse processo foi marcado pelo intenso diálogo, envolvimento e compartilhamento de informações entre os diversos atores relevantes, sobretudo os indígenas, principais beneficiários da criação do Iciprn e do Programa de Formação. Os resultados esperados dessa proposta inovadora, com vida própria e gestada pelos indígenas têm fundamental importância para a região do Rio Negro/AM e para o País.

Para estabelecer a proposta de criação do Instituto e do Programa de Formação, de maneira que fossem diferenciados, dos pontos de vista intercultural e interdisciplinar, e baseados nas potencialidades e nos problemas dos povos e territórios indígenas do Rio Negro, assim como na experiência acumulada, foi iniciada, em 2009, uma série de seminários em São Gabriel da Cachoeira (AM). Nesses eventos foram levantadas diversas questões que contribuíram para organizar os primeiros desenhos do que seria e queriam do Instituto e do Programa para atender aos atuais desafios das comunidades indígenas locais. Entre outros pontos elencaram: o modelo da formação;

8 É qualificado como Organização Social o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, associação civil com sede em Brasília, Distrito Federal, portador do CNPJ nº 04724690/0001-82, que tem como objetivo a promoção e realização de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos, mediante celebração de contrato de gestão a ser firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

o diálogo entre os conhecimentos indígenas, os conhecimentos científicos e os conhecimentos não indígenas; o compromisso das instituições e dos pesquisadores presentes nos seminários com a proposta. Diversas experiências de formação e gestão dos conhecimentos registradas nas escolas-piloto do Projeto de Educação Foirn/ISA foram analisadas nos seminários e subsidiaram a elaboração de uma proposta inovadora de formação superior avançada indígena.

Desta forma, as experiências educacionais incorporadas à formulação da proposta de criação do Instituto e do Programa de Formação possibilitaram estruturar processos de gestão de conhecimentos que devem contribuir para a melhoria da qualidade de vida e de governança das comunidades.

Tomando como base a legislação vigente no País, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.131 de 1995), além da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, pretende-se que o Instituto se torne um centro de fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, garantindo a gestão indígena autônoma, a partir do próprio conhecimento da história do mundo, do território e do manejo socioambiental, dos princípios e critérios da educação indígena, da interculturalidade e do multilinguismo nas práticas de ensino, de pesquisa e de extensão que se realizarão no Programa de Formação.

É, portanto, sobre essa base territorial e cultural, integrada por três municípios (Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira), sendo a cidade de São Gabriel da Cachoeira o polo central, que se propõe criar o Iciprn e, assim, fortalecer e favorecer os conhecimentos indígenas por meio de um projeto político-pedagógico inovador, que valorize a interculturalidade, de modo a constituir-se em uma plataforma de reflexões e estudos aprofundados sobre o “bem viver” na Amazônia de hoje.

2. O Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro

O Instituto dos Conhecimentos Indígenas e Pesquisa do Rio Negro é uma iniciativa a ser implantada como organização social de caráter experimental e inovadora. O Iciprn tem como missão promover e gerar soluções para o “bem viver” e o desenvolvimento sustentável da região do Rio Negro na Amazônia, embasado nos conhecimentos dos povos indígenas dessa região e em um programa de pesquisas interculturais, com o objetivo de desenvolver a formação de jovens indígenas para a pesquisa intercultural, valorizando e fortalecendo contextos locais de produção e circulação de conhecimentos.

3. Enfoque

O enfoque principal do Programa incide em uma concepção de gestão do território por meio da conciliação entre a proteção e defesa dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento

socioeconômico territorial dos territórios indígenas⁹ como estratégia essencial para a qualificação do “bem viver”, ou seja, o modo de vida desses povos e o futuro sustentável das terras indígenas e da Amazônia.

Em 2007, o governo federal inseriu a Proteção e Promoção dos Povos Indígenas no Plano Plurianual (PPA) aprovado para 2008/2011. Nesse PPA foram sistematizados as ações, diretrizes e o orçamento para as atividades do governo, coordenadas pela Funai, como importantes instrumentos para a gestão e a racionalidade na aplicação dos recursos públicos e na articulação da política indigenista. O PPA ainda estabelecia como meta uma reestruturação da Funai para os anos seguintes, baseada nos conceitos de proteção e promoção de direitos.

Segundo a Funai¹⁰ a PROTEÇÃO: diz respeito à garantia contemporânea de que os direitos dos povos indígenas não sejam violados por uma relação de poder, aí sim, historicamente assimétrica entre esses povos e a sociedade envolvente. No Brasil, essa assimetria ainda é muito forte, sobretudo econômica e cultural, cujas conseqüências são as graves ameaças à integridade física e cultural dos índios e sobre suas terras tradicionalmente ocupadas.

A PROMOÇÃO: pressupõe o reconhecimento da diferença como fator positivo e potencializador e não como fator de “desigualdade social”. Cada povo indígena constitui uma civilização própria, diferente da dos outros e com uma história de contato específica com a civilização ocidental. O diálogo de civilizações é sempre possível e positivo, levando-se em conta trocas simétricas – no tempo e no espaço, adequados em cada caso – e enriquecedoras para o desenvolvimento de ambas. Esse é o desafio do século XXI, no qual o Brasil possui papel destacado, pois ainda tem a chance de mostrar ao mundo que esse diálogo é possível. A modernidade demonstrou que os países “desenvolvidos” não o conseguiram.

4. O Programa de Formação Avançada Indígena

O Programa de Formação Avançada Indígena a ser desenvolvido no âmbito do Iciprn, no formato de curso de graduação de nível tecnológico, tem como objetivo formar profissionais indígenas com conhecimentos e práticas interculturais para o manejo e “bem viver” na região do Rio Negro/AM. Constitui-se em uma proposta de caráter experimental, estruturada e adequada às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores de Tecnologia, respeitando as cargas horárias mínimas, a ser aprovada e regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologadas pelo MEC¹¹, com base no disposto no art. 81 da LDB/1996, art.14 da Resolução CNE/

9 Entende-se que, para povos indígenas, território designa não apenas terra, mas o espaço e os recursos naturais, que permitam o desenvolvimento e a reprodução física e cultural deles e de seus descendentes. Portanto, um aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais.

10 Proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas: balanço e perspectivas de uma nova política indigenista: PPA 2012-2015.

11 Parecer CNE/CP Nº 29/2002 - Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer292002.pdf. Acessado em 12/09/2014

CP nº 3/2002 e art. 44 do Decreto nº 5.773/06, com denominação, formato e currículo inovadores, em atendimento a demandas regionais específicas dos arranjos produtivos, culturais e sociais, em especial no contexto da grande diversidade etnociêntífica indígena existente na região do Rio Negro e da Amazônia.

Esse Programa de Formação representa um modelo diferenciado de ensino, pesquisa e extensão, que será gerido pelos próprios indígenas, envolvendo uma ampla rede de parcerias, mediante articulação com universidades federais e estaduais, institutos, organizações governamentais e não governamentais nacionais (em especial da região amazônica), além da formalização de acordos de cooperação com organizações e instituições internacionais.

Inicialmente, o Programa ofertará 60 vagas em um curso de graduação, com o objetivo de formar indígenas tecnólogos, nas áreas de Gestão Territorial e Manejo Ambiental e Economia Indígena, com prioridade de acesso a jovens e profissionais indígenas das regiões do Médio e Alto Rio Negro, que estejam interessados numa formação diferenciada e comprometidos com a melhoria da qualidade de vida de suas comunidades.

A formação avançada terá uma duração de três anos, sendo o primeiro de formação básica e outros dois de formação específica, totalizando uma carga horária mínima de 2,4 mil horas, distribuídas nas etapas letivas. Em cada ano, serão realizados três módulos presenciais na sede do Instituto, com a presença de todos os cursistas. Cada módulo terá uma duração de 30 dias, com atividades cinco vezes por semana. Em cada ano, os formandos ainda terão dois meses presenciais de pesquisa e extensão nos Laboratórios Interculturais – núcleos regionais, comunidades, ou sede das organizações – e três meses de atividades livres.

Ao concluir o curso, os jovens tecnólogos estarão preparados para pesquisar ações estratégicas para o desenvolvimento regional, executar projetos e gerir relações de pesquisa intercultural – sabendo identificar, interpretar, reunir e sistematizar conhecimentos oriundos das sociedades indígenas e não indígenas; dialogar com as lideranças de sua comunidade, da sua região e com as instâncias públicas; além de contribuir na construção e implementação de políticas públicas com ênfase na educação, gestão territorial e no manejo ambiental.

Além da especialidade como agente no campo da gestão das atividades produtivas e do manejo ambiental nas aldeias indígenas, os alunos que concluírem o curso terão competência para formular e negociar políticas públicas; capacidade para transitar nos ambientes institucionais onde os direitos coletivos operam; e para atuar nos campos da pesquisa e investigação científica, tanto de estudo quanto de intervenção, que articulem os conhecimentos indígenas e os recursos disponibilizados pelo desenvolvimento tecnológico. Poderão, ainda, contribuir para o desenvolvimento cultural e na construção de alternativas de produção, ocupação e emprego. Também estarão capacitados para o desempenho de atividades nos campos da promoção, valorização, proteção e defesa do patrimônio indígena – físico e cultural (material e imaterial) –, visando ao bem-estar de suas populações. Do mesmo modo, estarão preparados para lidar com empreendimentos sociais das comunidades ou

organizações indígenas, sob a forma da gestão compartilhada e democrática, consubstanciada na dinâmica da economia solidária e agroecológica, voltada para a sustentabilidade local a partir da prática e do uso consciente dos recursos naturais existentes em seus territórios. Serão, ainda, conhecedores dos direitos dos povos indígenas, podendo interpretar a legislação e os acordos internacionais referentes aos direitos culturais e territoriais de seus povos, bem como os direitos pertinentes às áreas ambiental, educacional e cultural, de modo a promover a difusão e a garantia desses direitos e das políticas públicas que dizem respeito ao uso e à proteção dos recursos naturais.

4.1. Organização curricular

Os objetivos do Programa de Formação Avançada Indígena são traduzidos na grade curricular, que é elaborada de maneira aberta e flexível, facultando o permanente movimento de construção. O curso é iniciado com uma estrutura básica que tende a possibilitar a articulação dos conteúdos de natureza científico-cultural, partindo das problemáticas das comunidades, no sentido de promover o diálogo intercultural entre os diversos saberes.

O Programa é organizado em torno de dois grandes ciclos: um de formação básica comum, com um ano de duração, e outro de formação específica, com dois anos. O primeiro ciclo contempla quatro Eixos Temáticos Básicos: a) Manejo do Mundo; b) Narrativas de Origem; e Rotas de Transformação; c) Economia Indígena; e d) Desenvolvimento, Gestão Territorial e Projetos. O segundo ciclo contempla dois Eixos Temáticos Específicos: a) Gestão Territorial e Manejo Ambiental; e b) Economia Indígena. Em ambos os ciclos, estão inclusos outros componentes curriculares, tais como: Atividades Pedagógicas e de Intervenção (Pesquisa-ação, Laboratórios Interculturais, Estágio Orientado e Trabalho de Conclusão da Formação Avançada); Estudos Complementares (Línguas Indígenas, Direitos Indígenas e não Indígenas, Administração, entre outros); Módulos Instrumentais (Metodologia de Técnicas de Pesquisa, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Matemática Básica, Informática Básica, entre outros); e Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (atividades complementares, envolvendo eventos, seminários, congressos, oficinas temáticas, artes, educação física, rituais e eventos nas aldeias, entre outras).

As estratégias propostas para a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Programa estão fundamentadas na concepção inovadora de “Sistema Modular” conjugado com o “Regime de Alternância”¹². As estratégias incluem com calendário específico e flexível, além de metodologia própria composta por três etapas articuladas, interativas e complementares entre si: uma de Planejamento e Formação; e duas letivas, denominadas Etapa Intensiva e Etapa Intermediária.

Na Etapa de Planejamento e Formação, devem ser promovidas reuniões entre os educadores do Programa, para a reorientação de suas práticas e o compartilhamento de experiências, com

12 O “regime de alternância” vem mostrando bons resultados em projetos inovadores de formação indígena, sendo um sistema educativo que visa a garantir uma capacitação e uma qualificação profissional por meio da alternância entre a instituição de ensino e a comunidade de origem em que o formando atua profissionalmente, articulando o processo de aprendizagem como um todo integrado e indissociável.

vista ao atendimento das especificidades dos cursistas. Essa etapa deverá ocorrer sempre antes do início de cada período de atividades presenciais, com a participação da equipe coordenadora, dos professores e assessores que atuarão durante a etapa letiva. Essa fase dura, em média, uma semana, envolvendo debates e planejamento dos conteúdos e das estratégias a serem adotados durante cada módulo do curso.

A Etapa Intensiva de caráter presencial deverá ocorrer três vezes por ano, nas dependências do Instituto, contemplando aulas e atividades cooperadas entre formadores e formandos. Nessa fase, são oferecidas oportunidades para a reflexão acerca dos processos pedagógicos que compõem a *práxis* escolar e sobre os conteúdos das diversas áreas/eixos temáticos que integram os ciclos curriculares do Programa.

A Etapa Intermediária deverá ocorrer presencialmente, nos laboratórios interculturais - como são considerados os espaços das comunidades de origem dos formandos, dos núcleos regionais de pesquisa e das sedes das organizações -, nos períodos intermediários entre uma etapa intensiva e outra, possibilitando aos formando conciliar suas atividades profissionais do cotidiano de suas aldeias de origem com as atividades do Programa de Formação (seminários, oficinas, leituras, pesquisas, estágio, etc.). Essa fase é considerada o ponto alto do Programa, pois nela a *práxis* e a formação ocorrem simultaneamente. Para essa etapa, serão construídas estratégias para acompanhamento e orientação por parte dos formadores, com o objetivo de instrumentalizar os formandos para uma ação voltada à pesquisa, sistematização e análise de saberes e práticas desenvolvidas nas suas comunidades.

O enfoque principal da estrutura curricular do Programa está pautado em uma concepção de gestão do território que considere a conciliação entre a proteção e defesa dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento socioeconômico e territorial das terras indígenas. Trata-se de uma estratégia essencial para a qualificação do "bem viver" (modo de vida) dos povos indígenas e o futuro sustentável da região Amazônica.

O Programa de Formação reunirá os fundamentos dos diversos povos para compreender as relações entre saberes, tecnologias e sociedades, desenvolvendo estudos que promovam a compreensão do universo indígena e o mundo envolvente, em sua lógica e dinâmica econômicas e sociais. Os estudos avançados dos conhecimentos tradicionais podem contribuir em duas importantes dimensões para a formulação de propostas direcionadas a ciência, tecnologia e inovação. A primeira consiste em estabelecer diálogos entre os pensamentos e, nessa conexão, criar um ambiente propositivo de novas práticas para a ciência, não se limitando a produtos, mas sugerindo a elaboração de novos conceitos e modelos. A segunda dimensão, por sua vez, tem como perspectiva promover a manutenção dos sistemas de conhecimentos tradicionais, garantindo as condições de funcionamento no presente para impulsioná-los no futuro.

4.2. Formadores indígenas e não indígenas

Um dos aspectos importantes para a garantia da interculturalidade e da interdisciplinaridade (diálogo de saberes) no Programa de Formação será a presença de formadores indígenas e não indígenas. Os formadores indígenas são aqueles especialistas que se dispõem a compartilhar seus conhecimentos e que possuam notório e notável saber em suas comunidades/regiões e também aqueles com títulos de graduação e pós-graduação em universidades, bem como, os sábios e conhecedores indígenas. Os formadores não indígenas são os especialistas nos temas demandados pelo Programa e profissionais que atuam em pesquisas colaborativas na região do Rio Negro. Atualmente, a educação básica da região (um Território ETNOEDUCACIONAL¹³ – TEE reconhecido pelo MEC) conta com uma rede de 238 escolas municipais de ensino fundamental e 13 escolas estaduais de ensino médio, além de 131 professores indígenas frequentando a formação de ensino superior, 125 já graduados e 10 com pós-graduações (PROPOSTA FOIRN/ISA, 2013).

4.3. Parcerias interinstitucionais

Entre as dimensões essenciais para o Iciprn estão as parcerias interinstitucionais a serem estabelecidas. A implementação da proposta deverá envolver, além de uma diversidade de povos indígenas do Rio Negro, uma ampla rede de atores indígenas e não indígenas, criando estruturas de governança.

Na região Amazônica, há um conjunto relevante de instituições e organizações científicas e tecnológicas (universidades e institutos federais e estaduais, institutos não governamentais, museus, etc.), de expressiva importância regional e nacional, sendo necessário fortalecer a articulação entre esses segmentos. Nessa perspectiva inter e multicultural, serão proporcionadas novas mediações na matriz científica, num cenário de integração das políticas públicas, em especial aquelas voltadas ao atendimento das demandas dos povos indígenas, considerando a importância socioeconômica e ecológica da Amazônia para o País e para o mundo.

Essa articulação será promovida pelo Instituto e representará importante vetor estratégico de CT&I e para o desenvolvimento da região. Possibilitará o fortalecimento do Programa de Formação Avançada Indígena, para viabilizar um modelo curricular de curso inovador e diferenciado (integração de saberes) e uma prática pedagógica inovadora (construção coletiva do conhecimento), elevando o

13 A política nacional de Territórios Etnoeducacionais (TEEs) é resultado do diálogo entre os povos indígenas, governo federal, governos estaduais e municipais e a sociedade civil, que apontou a necessidade de se reconhecer nas políticas de educação escolar a diversidade cultural e a territorialidade dos povos indígenas no Brasil. Essa política propõe construir um novo modelo de planejamento e gestão da educação escolar indígena tendo como principal referência a forma como os povos indígenas se organizam, as suas especificidades sociolinguísticas, políticas, históricas, geográficas e suas relações Intersocietárias. Essas diferenças passam a ser vistas a partir de Territórios Etnoeducacionais. Sua implementação deflagra o processo de mudança conceitual e estruturante da política de educação escolar indígena discutido e aprovado na I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, ocorrida em 2009. São áreas definidas a partir da consulta aos povos indígenas e estão relacionadas à sua mobilização política, afirmação étnica e garantia de seus territórios e de políticas específicas nas áreas da educação, conforme determina a Constituição Federal de 1988. A partir da definição dessas áreas, pretendemos organizar um conjunto de redes e sistemas de ensino, pesquisa e extensão, organizações da sociedade civil e outros órgãos públicos, com o protagonismo dos povos indígenas. Com isso, buscamos um trabalho articulado para o desenvolvimento da educação escolar indígena em torno de ações prioritárias definidas pelos povos indígenas.

nível das pesquisas para transformá-las em produtos e projetos de intervenções sociais, econômicas, ambientais, culturais, entre outras, em benefício das comunidades indígenas do Rio Negro.

As parcerias interinstitucionais estabelecidas pelo Instituto vão possibilitar a criação de uma rede de pesquisadores formada por lideranças e especialistas, que são reconhecidos e dispostos a compartilhar os seus conhecimentos no Programa. Essa rede promoverá estudos, pesquisas e extensão em escala estadual, regional, nacional e internacional, por meio de ações orientadas à produção de conhecimentos em colaboração, com a finalidade de potencializar e difundir, na região Amazônica, laboratórios multi e transdisciplinares, para a construção de novas abordagens etnoscience, favorecendo a sustentabilidade do desenvolvimento, as interações, as parcerias e o fortalecimento das próprias instituições e organizações.

4.4. Diálogo de saberes

A presença no Programa de Formação Avançada Indígena de diversas etnias e línguas indígenas, além de formadores indígenas e não indígenas de diversas instituições, exigirá uma prática pedagógica que possa promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes. Trata-se de respeitar a diversidade e a alteridade, contribuindo para a afirmação da identidade e valorização dos costumes, da língua e das tradições de cada povo.

Neste sentido, o Programa adota como base a metodologia da práxis, na qual os conteúdos programáticos são desenvolvidos de forma intercultural e com forte relação com o ensino. Essa proximidade contempla uma necessidade e exigência da sociedade. A interculturalidade passa pelo desafio lançado pela globalização e suas implicações étnicas e culturais, nas quais identidade, homogeneidade e diversidade são eixos fundamentais e têm na educação o seu agente de desenvolvimento e disseminação, multilíngue, interdisciplinar, construtivista e vivencial. É em torno dessas características-chave que o PFAI buscará atender às demandas das comunidades indígenas, em especial, aquelas relacionadas à proteção e promoção das terras indígenas. Essas demandas, a serem discutidas pelos formandos durante o regime de alternância, serão consubstanciadas em projetos de pesquisa-ação, ensino, fomento e/ou extensão, preferencialmente sob a orientação de formadores indígenas e o acompanhamento dos sábios tradicionais.

Uma metodologia inovadora interdisciplinar, intercultural e multilíngue adotada pelo Programa possibilitará relacionar as experiências vivenciadas pelos formandos, seus interesses a partir da conexão e mobilização dos diversos saberes pertinentes, e sua significação ou negação, ou a articulação/incorporação para a construção de novos conhecimentos. Este espaço de diálogo é chamado por Santos (2006, p.808-809) de “zonas de contato” – campos sociais onde diferentes mundos da vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, se chocam e se interagem.

Vislumbrar uma educação a partir de uma perspectiva intercultural é reconhecer as características diferenciadas dos povos que formam a grande diversidade brasileira. É também respeitar e entender essa variedade para uma mudança significativa na forma de se pensar o mundo. Esse olhar exerce

papel fundamental na formação de educadores, considerados verdadeiros mediadores de qualquer proposta de renovação. Assim, um dos destaques do currículo do Programa é a prática intercultural, ou seja, que promove o diálogo e o intercâmbio entre as culturas, sem que uma se sobreponha a outra. Ao mesmo tempo, essa prática prevê a superação do desafio de substituir um modelo de transmissão de conhecimentos fundamentado no eurocentrismo, por outro integrador, interdisciplinar, cuja ênfase esteja na relação consciente entre povos diferenciados.

Segundo Cunha (2009, p.302), nas sociedades ocidentais, o conhecimento tradicional e o científico costumam ser vistos como opostos, não sendo permitida a coexistência. Mas, ainda segundo a autora, “ambos são obras inacabadas, abertas a possíveis alterações. Essas semelhanças é que os tornam comparáveis, mas não iguais”.

A ciência não passa ao largo de seus praticantes, ela se constitui por uma série de práticas e estas certamente não se dão em um vácuo político e social. Há também o problema comparativo de saber se saberes tradicionais e saber científico são unidades em si mesmas comparáveis, com algum grau de semelhança. A isso, uma resposta genérica, mais central é sim, ambas são formas de procurar entender e agir sobre o mundo. E ambas são também obras abertas, inacabadas, se fazendo constantemente. (CUNHA, 2009, p.302).

Por constituir-se num espaço de referência no mundo rural, a educação alternativa, estabelecendo uma relação dialética com a comunidade, constitui peça fundamental na transformação das perspectivas do educando como agente da história.

A “Pedagogia da Alternância” (combinação das práticas de ensino, pesquisa e extensão no Instituto com o cotidiano das comunidades) no Programa de Formação exige o exercício da interdisciplinaridade e, ao estabelecer uma ligação com a comunidade, torna-se fundamental e referência ao compor uma relação que transforma a visão de mundo do participante. Além de promover a articulação entre estas práticas, a proposta evidenciará os saberes (indígenas e não indígenas). Esses conhecimentos, diferentes e inerentes, têm no diálogo e na analogia duas de suas especificidades consideradas interdisciplinares. O método busca aproximar fronteiras disciplinares entre os conhecimentos, possibilitando uma reflexão epistemológica sobre o que foi assimilado e a construção de novas percepções e formas de relacionamento.

A educação avançada indígena está focada em uma “ação transformadora”. Educar passa a ser a forma de inserção de todas as raízes dessas comunidades, integrando e relacionando as partes entre si e com o todo, de maneira direcionada à realidade e ao desenvolvimento e aliada às relações sociais indutoras de mudanças. O compromisso de metamorfose da cultura de um povo implica no resgate, na conservação e disseminação dos valores e da memória histórica para a autonomia representativa. “Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 1979:92).

O diálogo de conhecimentos do Programa de Formação como centro da prática pedagógica reconhece nos formandos indígenas sujeitos de direitos e de saberes. Representa, ainda, uma inovação que rompe com os modelos tradicionais de oferta de cursos de graduação e aponta para a possibilidade de articulação entre os conhecimentos científicos e tradicionais indígenas, ou seja, fundamentada na “ecologia dos saberes”¹⁴ (SANTOS, 2004, p.76-78). Essa posição metodológica argumenta que o diálogo e o confronto epistemológicos entre diferentes conhecimentos só são possíveis quando assumem que todas as formas de conhecimento são incompletas.

Para Santos (2007, p.88):

Dado que nenhuma forma de conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo, todas as formas de conhecimento são, de diferentes maneiras, incompletas. [...] A ecologia de saberes expande o caráter testemunhal dos conhecimentos de modo a abarcar igualmente as relações entre o conhecimento científico e o não científico, ampliando assim o alcance da intersubjetividade como interconhecimento e vice-versa.

De acordo com Santos (2007, p.87-88), na “ecologia de saberes”, a busca de credibilidade para os conhecimentos não científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica simplesmente a sua utilização contra hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, favorecendo a “ecologia dos saberes”, ou seja, “um conjunto de práticas que desenvolve uma nova convivência ativa de saberes, no pressuposto de que todos eles, inclusive o saber científico, podem se enriquecer neste diálogo” (SANTOS, 2004, p.107).

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. Brasília: OIT, 1 v., 2011.

_____. Decreto Legislativo n. 143, junho de 2003. Ratifica a **Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT** sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, julho de 2003.

¹⁴ Para Santos (2004, p.81) a ecologia de saberes é “uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção do diálogo entre o saber científico ou humanístico que a universidade produz e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais que circulam na sociedade” Para o autor, “o objetivo da ecologia dos saberes é obrigar o conhecimento científico a se confrontar com outros conhecimentos para, assim, reequilibrar aquilo que foi desequilibrado na primeira modernidade, a relação entre ciência e prática social”.

- _____. Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a **Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT** sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 19 abr. 2004.
- _____. **Leis de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Ano CXXXIV, n. 248. 23 dez. 1996. 8. ed. de 08 mai. 2013.
- CUNHA, M.C. da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: _____. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 440 p. 2009. p. 301-310.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **Proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas: balanço e perspectivas de uma nova política indigenista: PPA 2012-2015**. 2012.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. **Formação avançada indígena do Rio Negro: resultado do processo de consulta realizado entre 2009 e 2012 - relatório**. São Gabriel da Cachoeira: 2012.
- MEDEIROS, I.A. **Ecologia de saberes? Estudo de uma experiência de interação da universidade com o movimento indígena**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Política Científica e Tecnológica. Campinas: UNICAMP/Instituto de Geociências, 2013.
- _____. Por uma relação mais simétrica. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, n. 578, 07 out. a 13 out. 2013.
- SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, p. 777-821. 2006.
- _____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.79, p.71-94, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf>>. Acesso em: jul. 2010.